

Governo não define solução para deter alta da tarifa de Itaipu e pede tempo

Diretor da Aneel, que avalia o caso, afirma não ver razão para a demora, dá 15 dias para que uma decisão seja tomada e alerta para um aumento na conta de luz

Alexa Salomão

São Paulo O governo ganhou uma prorrogação de 15 dias para definir como cobrir o buraco financeiro criado pelo acordo entre Brasil e Paraguai sobre a tarifa de energia de Itaipu.

O Brasil aceitou elevar a tarifa, a pedido do parceiro, mas prometeu que a conta de luz não subiria do lado de, porque a diferença seria coberta. O cashback, porém, é insuficiente. A decisão sobre o prazo foi proferida nesta terça-feira (4) pela diretoria da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), por unanimidade.

Se ao final desse período o governo não apresentar solução para o déficit, a agência será obrigada a elevar a tarifa de Itaipu para evitar rombo projetado de US\$ 120,9 milhões, cerca de R\$ 700 mi, o que demandaria reajuste na tarifa de 5,9%, em dólar.

Todas as distribuidoras do Sul, Sudeste e Centro-Oeste são obrigadas a pagar pela energia de Itaipu. Então, se o repasse se confirmar, haverá aumento na conta de luz nessas regiões.

Em análise de dezembro, o diretor responsável pelo caso na agência, Fernando Mosna, pediu uma solução ao MME (Ministério de Minas e Energia) e à ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional), holding que controla Itaipu e se reporta à pasta.

Ele propôs que tarifa de Itaipu ficasse congelada no mesmo valor de 2024 por 60 dias, a partir de 1º de janeiro de 2025, enquanto MME e ENBPar buscavam a solução. O diretor-geral, Sandoval Feitosa, preocupado com o efeito bola de neve do rombo, sugeriu que o prazo para a resposta fosse de 45 dias, o que foi acatado.

À época, ficou acertada a pror-



Vertedouro na usina hidrelétrica de Itaipu Joédson Alves/Agência Brasil

Problema com tarifa vem de obra socioambiental

Com a quitação da dívida contraída para construção da usina, em 2023, a tarifa de Itaipu na boca da usina (chamada Cuse, Custo Unitário de Serviço de Eletricidade) teria automaticamente caído para a casa dos US\$ 10.

Mas isso não aconteceu, sob o argumento de que a missão de Itaipu inclui fazer obras e bancar projetos socioambientais, Brasil e Paraguai passaram a negociar a Cuse. O valor gerou longa discussão entre 2023 e início de 2024.

rogação temporária da tarifa de 1º de janeiro a 31 de março de 2025, e o prazo de 45 dias para o posicionamento do governo.

Em carta enviada à Aneel em 27 de janeiro, porém, a ENBPar disse estar fazendo “avaliação conjunta com o seu ministério supervisor, de modo a apresentar eventuais informações e/ou sugestões”, e que, dada a “complexidade da matéria”, precisavam de mais 45 dias para avaliar o caso.

Na terça (4), Mosna disse em análise que “não aguarda meramente informações ou sugestões do MME e da ENBPar, mas sim a comunicação formal de uma solução concreta que permita viabilizar a manutenção da tarifa”.

Afirmou também que “não há complexidade técnica a ser superada, mas sim uma decisão a ser tomada”, destacando que claramente existem apenas duas possibilidades: impor aumento ao consumidor, com os devidos im-

pactos inflacionários e econômicos, ou definir alternativa concreta que evite esse repasse.

Mosna reforçou a responsabilidade do MME. Afirmou, porém, que o MME não se manifestou sobre o tema na Aneel, nem sequer pediu reunião, apesar de ter tido tempo para isso, o que gera incerteza regulatória e em relação aos custos para o consumidor.

Mosna disse também que uma das alternativas para evitar o buraco é aumentar o aporte financeiro por Itaipu, alternativa já foi defendida por especialistas do setor. O caixa de Itaipu tem recursos de sobra para tal fim.

O diretor destacou que a decisão cabe ao conselho da usina. A avaliação do setor é que o grupo é sensível ao tema. Há quatro ministros no conselho, Alexandre Silveira (MME), Fernando Haddad (Fazenda), Esther Dweck (Gestão e da Inovação) e Rui Costa (Casa Civil).

Antaq lança painel para monitorar poluição em transporte aquaviário

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Paulo Ricardo Martins

SÃO PAULO A Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) lançou nesta quarta (5) o Inventário de Gases de Efeito Estufa do Setor Aquaviário, que monitora as emissões de carbono da navegação interior (rios, lagos, etc.) e na cabotagem (rotas marítimas nacionais).

O inventário vai contabilizar dióxido de carbono, óxido nítrico, metano e outros gases de efeito estufa emitidos por embarcações em operação.

O objetivo da Antaq é expandir o monitoramento, posteriormente, para todo o setor aquaviário, além da navegação interior e da cabotagem, incluindo embarcações de maior porte e instalações portuárias.

Por enquanto, a plataforma vai reunir dados de 2021 a 2023. Neste período, as emissões vêm apresentando queda, de acordo com a agência.

Juntas, a cabotagem e a navegação interior emitiram 2,76 milhões de toneladas de carbono em 2023, queda de quase 6% ante o ano anterior.

A maior parte da poluição vem da cabotagem, responsável pela emissão de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de carbono em 2023, ante 212,3 mil toneladas emitidas pelo segmento de navegação interior.

Apesar da queda nas emissões, a movimentação de carga cresceu nos dois segmentos. Em 2023, a cabotagem transportou 215,2 milhões de toneladas de carga — alta de 3%.

A movimentação da navegação interior cresceu quase 4%, chegando a 35,8 milhões de toneladas transportadas em 2023.

“Para que o Estado brasileiro saiba se as metas [de órgãos e acordos internacionais] estão sendo obedecidas, a gente tem que medir as emissões. O inventário tem esse propósito. A partir dali, a gente pode formular políticas públicas, pode planejar a nossa transição energética”, disse Eduardo Nery, diretor-geral da Antaq, à reportagem.

Segundo Nery, o inventário de emissões de carbono vai permitir, a partir da quantificação dos volumes de emissão de carbono, a concessão de descontos tarifários para empresas de navegação que poluam menos. Ele afirma que a agência estuda métricas para incorporar a medida nos contratos de concessões de hidroviários. “Vai ser um caminho natural para o futuro do transporte hidroviário no país”, diz.

O inventário ficará disponível em um painel, no site da Antaq.

Eskisa S.A. Indústria e Comércio					
CNPJ nº 60.911.161/0001-69					
RELATÓRIO DA DIRETORIA					
Prezados acionistas. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Colocamo-nos à disposição de V.Sas., para os esclarecimentos que forem julgados necessários. SP, 20/01/2025.					
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2024 (Valores expressos em Reais)					
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante	14.460.783,95	15.749.922,37	Passivo circulante	2.605.829,98	1.809.056,69
Disponível: Caixa	1.608,29	1.153,04	Fornecedores nacionais	-	-
Bancos	526.898,51	645.721,53	Fornecedores estrangeiros	1.959.110,03	1.427.452,34
Aplicações financeiras	774.107,45	1.642.650,54	Obrigações sociais trabalhistas	191.445,71	172.137,05
Realizável a curto prazo			Obrigações tributárias	455.274,24	208.004,80
Duplicatas a receber	2.516.164,41	2.469.304,59	Outros credores por obrig. a pagar	-	1.462,50
Mercadorias para revenda	9.790.859,89	9.900.109,50	Passivo não circulante	73.431,45	74.250,82
Adiantamento a fornecedores	7.500,00	397.946,00	Provisão de seguros	73.431,45	74.250,82
Icms a recuperar	809.817,73	659.209,50	Patrimônio líquido		
Ipi a recuperar	33.827,67	33.827,67	Capital social	2.750.000,00	2.750.000,00
Ativo não circulante	186.324,73	204.503,55	Reserva de capital	117.359,36	117.359,36
Realizável a longo prazo			Reserva de lucros	-9.163.527,33	-11.266.798,49
Deposito judicial	63.039,44	63.039,44	Total do passivo e do patrimônio líquido	14.710.148,12	16.017.465,36
Imobilizado					
Bens imóveis	12.508,99	12.508,99			
Bens móveis	855.044,94	846.328,77			
(-) Deprec.Acumulada	681.229,20	654.334,21			
Total do ativo	14.710.148,12	16.017.465,36			
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Capital	Reserva Legal	Res. Inc. Fiscal	Res. de Capital	Result. Acum.
Saldo em 31/12/2023	2.750.000,00	114.064,68	143,94	3.150,74	11.266.798,49
Resultado do exercício	-	-	-	-	742.768,30
(-) Distribuição de dividendos	-	-	-	(2.846.039,46)	-
Saldo em 31/12/2024	2.750.000,00	114.064,68	143,94	3.150,74	9.163.527,33
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS					
1. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas segundo os preceitos estabelecidos pela Legislação Societária e Fiscal em vigor. 2. Estoques estão avaliados aos custos médios de aquisição inferiores aos preços de mercado. 3. Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, igualmente corrigidas. As depreciações no exercício, foram calculadas conforme normas atuais. 4. O Capital Social é representado por 2.750.000 ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.					
Paulo Eduardo J.C. Gonçalves, Diretor Presidente; Jacqueline L. H. Caramurú, Diretora Superintendente; Robson M. de M. Pedreira, Técnico Contábil, CRC-15P185402/0-5; Rogério Bonomi, Contador, CRC-15P167308/0-5.					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
	31/12/2023	31/12/2024
Receita operacional bruta: Vendas	21.442.248,35	23.414.113,50
Comissões	188.858,39	348.489,29
	21.487.539,35	23.762.602,79
(-) Deduções da receita bruta		
- Vendas canceladas devoluções	39.256,94	140.293,60
- TIV (ICMS, PIS, COFINS e ISS)	2.756.211,98	2.935.795,13
Receita operacional líquida	18.835.637,82	20.686.514,06
(-) Custo das mercadorias vendidas		
Outras receitas: Receitas financeiras	10.553.319,16	12.143.547,03
Lucro operacional bruto	8.536.701,33	8.665.362,01
(-) Despesas operacionais		
- Despesas com vendas	294.492,30	268.070,29
- Despesas gerais e administrativas	6.218.727,80	6.767.340,38
- Desp. Financeiras	13.493,65	10.013,29
- Outras despesas	70.779,48	105.225,98
Lucro operacional	1.939.208,10	1.514.712,07
(+) Receitas não operacionais		
Result. do exerc. antes do IRPJ/CSLL	1.939.208,10	1.514.712,07
(-) Provisão p/contribuição social	266.334,04	272.260,88
(-) Provisão p/ imposto de renda	494.773,59	499.682,89
Result. do exercício após IRPJ/CSLL	1.178.100,47	742.768,30
Lucro por ação	0,4284	0,2701
Numero de ações	2.750.000	2.750.000
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31/12/2024		
Fluxos das operações: (+) Resultado do exercício - Lucro		742.768,30
(+) Depreciação		26.894,99
(-) Variação das duplicatas a receber		46.859,82
(-) Variação dos estoques		(499.695,61)
(+) Variação dos impostos a recuperar		(150.608,23)
(+) Variação dos fornecedores		531.657,69
(+) Var. de contas a pagar e impostos a recolher		264.296,23
(=) Caixa gerado pelas operações		1.867.844,77
Fluxos dos investimentos: (-) Acréscimo de imobilizado		(8.716,17)
(-) Dividendos		(2.846.039,46)
(=) Caixa gerado pelos investimentos		(2.854.755,63)
Varição total das disponibilidades		(986.910,86)
Saldo inicial das disponibilidades		2.289.525,11
Saldo final das disponibilidades		1.302.614,25